



General Chefe do
Estado-Maior do Exército

DESPACHO N.º 138/CEME/2015

**ASSUNTO: REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS DOCENTES DA
ACADEMIA MILITAR**

Nos termos do artigo 6.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, cada instituição de ensino superior deve aprovar um regulamento de prestação de serviço dos seus docentes.

Mostra-se, pois, necessário aprovar o regulamento concernente à prestação de serviço dos docentes da Academia Militar (AM), respeitando a especificidade da mesma enquanto estabelecimento de ensino superior público universitário militar (EESPUM), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 27/2010, de 31 de março, que aprovou o Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (EESPM), e no Regulamento da AM, aprovado pela Portaria n.º 22/2014, de 31 de janeiro.

Por outro lado, é objetivo fundamental estabelecer parâmetros que assegurem a comparabilidade entre as tarefas realizadas pelos diferentes tipos de docentes da AM, ao nível do ensino, da investigação, da gestão universitária e da transferência do conhecimento, e que possam ser variáveis e ajustáveis ao ciclo de vida da carreira académica de cada um.

O corpo docente da AM é constituído por todos os professores, investigadores e instrutores, militares ou civis, que, a qualquer título, designadamente através de convénios, protocolos e acordos com universidades, institutos politécnicos e outras instituições, desenvolvam atividade docente e de investigação científica na AM.

As disposições constantes do regulamento estão subordinadas às disposições legais em vigor, designadamente as previstas no ECDU, no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, no Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, no Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, no Estatuto dos EESPM e no Regulamento da AM.



General Chefe do
Estado-Maior do Exército

Assim, e atento o disposto no artigo 6.º do ECDU, no n.º 5 do artigo 5.º do EEESPM, e no n.º 1 do artigo 100.º do Regulamento da AM, e tendo sido dado cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 110.º do RJIES, determino o seguinte:

1 – É aprovado o Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes da Academia Militar, publicado em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 – O regulamento referido no número anterior entra em vigor no ano letivo de 2015/2016.

Lisboa, 21 de outubro de 2015.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CARLOS ANTÓNIO CORBAL HERNANDEZ JERÓNIMO
GENERAL



Anexo ao Despacho n.º 138/CEME/2015

REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS DOCENTES DA ACADEMIA MILITAR

Capítulo I Disposições gerais

Secção I Âmbito, objetivos, princípios, definições e conceitos

Artigo 1.º Âmbito

O presente Regulamento estabelece as normas de prestação de serviço dos docentes da Academia Militar (AM).

Artigo 2.º Objetivos

São objetivos específicos do presente Regulamento:

- a) Definir os direitos e as obrigações associados à prestação do serviço dos docentes da AM;
- b) Criar o enquadramento para a avaliação do desempenho dos docentes da AM;
- c) Promover a excelência nas atividades de leccionação, investigação e serviço à AM e à sociedade;
- d) Estabelecer normas e mecanismos para a distribuição do serviço dos docentes;
- e) Definir regras para a contabilização do serviço dos docentes;
- f) Estabelecer regras sobre acumulação de funções;
- g) Definir os procedimentos a respeitar no cumprimento dos serviços associados às diferentes atividades dos docentes.

Artigo 3.º

Definições e conceitos

No presente Regulamento são adotadas as seguintes definições e conceitos:

- a) «Bolsa de créditos letivos dos docentes» – bolsa de acumulação dos créditos letivos anuais de cada docente.
- b) «Carga letiva atribuída» – número de horas letivas semanais planeadas para serem cumpridas pelo docente, em cada semestre.
- c) «Carga letiva executada» – número de horas letivas semanais efetivamente lecionadas, obtida pela soma das horas letivas lecionadas ao longo do semestre a dividir por 15 (i.e. número de semanas no semestre).
- d) «Carga letiva nominal» – número de horas letivas semanais a serem prestadas por um docente antes de serem contabilizadas quaisquer reduções de serviço letivo.
- e) «Corpo Docente da AM» – Conjunto dos professores, investigadores e instrutores, militares ou civis que, a qualquer título, designadamente através de convénios, protocolos e acordos com universidades, institutos politécnicos e outras instituições, desenvolvam atividade docente e de investigação científica na AM.
- f) «Docentes civis» - Os professores e investigadores civis são docentes da carreira do ensino superior universitário ou politécnico, ou individualidades com qualificação e competência científica e pedagógica comprovada.
- g) «Docente ETI padrão de departamento» – o valor docente equivalente a tempo integral (ETI) padrão do departamento.
- h) «Docentes militares» - Os professores e investigadores militares são especialistas de reconhecida experiência e competência profissional na área da formação fundamental para o exercício das funções educativas e de formação que lhes estão cometidas. Os professores e investigadores militares pertencem aos quadros permanentes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) ou da GNR, estão sujeitos a regras próprias e não se encontram abrangidos por qualquer estatuto de carreira docente.
- i) «Especialista de reconhecida experiência e competência profissional» - aquele que exerce ou tenha exercido profissão na área em que leciona ou se propõe lecionar e que satisfaça uma das seguintes condições:
 - (1) Ser detentor do título de especialista conferido nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto;

- (2) Ser detentor de um grau acadêmico e possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10, e um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo órgão científico ou técnico-científico do estabelecimento de ensino superior;
 - (3) Ser considerado como tal pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior no âmbito do processo de acreditação de ciclos de estudos, mesmo não cumprindo todos os requisitos definidos na subalínea anterior.
- j) «Instrutores» – São militares ou civis com a qualificação adequada e de comprovada competência para o exercício de atividades de instrução e treino.
 - k) «Pessoal docente especialmente contratado» – os Professores e Assistentes Convidados, Professores Visitantes, Leitores e Moniores.
 - l) «Regência de unidade curricular» – coordenação científica e pedagógica de uma Unidade Curricular.
 - m) «Regime de tempo integral» - o regime de exercício da docência em que se encontram os que fazem do ensino e investigação a sua atividade profissional exclusiva ou predominante, não podendo ser considerados como tal em mais de um estabelecimento de ensino superior.
 - n) «Serviço docente» – conjunto de atividades que devem ser desenvolvidas pelos docentes no exercício das suas funções na vertente de Ensino.
 - o) «Serviço docente extraordinário» - serviço docente efetuado aos sábados, entre as 09:00 horas e as 20:00 horas.
 - p) «Serviço docente noturno» – serviço docente efetuado nos dias úteis após as 20:00 horas.
 - q) «Serviço dos docentes» – conjunto de atividades que devem ser desenvolvidas pelos docentes no exercício das suas funções e que podem, de uma forma geral, ser agrupadas em quatro vertentes: Ensino; Investigação; Gestão Universitária; e Transferência de Conhecimento.
 - r) «Serviço letivo» – parcela do serviço docente associada à atividade de leccionação.
 - s) «Unidade Curricular» - unidade de ensino com objetivos de formação próprios e que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final.


Secção II

Funções, deveres e categorias

Artigo 4.º

Funções gerais e especiais dos docentes

1. Ao corpo docente compete diretamente a realização dos fins educativos da AM, cabendo aos seus elementos as seguintes funções gerais:
 - a) Desempenhar os cargos ou funções que lhes forem atribuídas no âmbito da atividade escolar e de funcionamento da AM, a título transitório ou permanente, nas instalações oficiais ou em locais onde decorram atividades externas;
 - b) Cumprir e fazer cumprir as determinações em vigor, zelando pela manutenção da disciplina como valor imprescindível para a formação dos alunos e pela conservação e adequada utilização das instalações e dos meios materiais postos à sua disposição.
2. Aos docentes da AM, para além das funções gerais referidas no número anterior, compete-lhes, em especial:
 - a) Coordenar a organização e a orientação pedagógica e científica de um ciclo de estudos, quando para tal forem designados;
 - b) Coordenar a organização e a orientação pedagógica e científica de uma unidade curricular, de uma secção de unidades curriculares ou de um departamento e organizar seminários;
 - c) Coordenar, com os outros professores da sua secção ou departamento, os programas, o estudo e a aplicação de novos métodos de ensino e investigação relativos às unidades curriculares dessa secção ou departamento;
 - d) Substituir, nas suas faltas ou impedimentos, outros professores em funções para as quais estejam devidamente preparados e mediante autorização superior;
 - e) Coadjuvar os professores responsáveis pelas unidades curriculares dentro do departamento;
 - f) Incentivar nos alunos o gosto pelo estudo e pela investigação, desenvolvendo neles a capacidade de análise e de crítica;

- 
- g) Proporcionar aos alunos a elaboração de trabalhos, no âmbito das respetivas unidades curriculares, que contribuam para a sua valorização técnica e cultural;
 - h) Prosseguir a sua missão com inteira dedicação, de forma a garantir a eficiência do ensino e o apoio aos alunos;
 - i) Desempenhar ativa e exemplarmente as funções docentes em que foram investidos;
 - j) Manter atualizados os seus conhecimentos científicos e culturais;
 - k) Contribuir para a formação científica e pedagógica do pessoal docente que seja seu colaborador;
 - l) Participar nas atividades dos seus departamentos, prestando toda a colaboração ao coordenador respetivo;
 - m) Elaborar os projetos dos programas das respetivas unidades curriculares e propor a sua aprovação, por intermédio do coordenador do seu departamento;
 - n) Contribuir para o aperfeiçoamento do ensino, através de relatórios ou de propostas;
 - o) Elaborar os testes de avaliação de conhecimentos e dos exames finais;
 - p) Avaliar e classificar os alunos de acordo com as disposições do presente regulamento e fornecer os resultados aos Diretores de Curso;
 - q) Fazer parte dos júris de exames finais e de concursos, colaborando na elaboração das respetivas provas;
 - r) Acompanhar os alunos nas atividades complementares de formação ou em quaisquer outras atividades relacionadas com o ensino, tomando as medidas necessárias à sua efetivação;
 - s) Fazer parte dos júris de dissertações de mestrado, teses de doutoramento e outros;
 - t) Fazer conferências ou colaborar em trabalhos práticos ou de aplicação;
 - u) Propor a aquisição do material didático ou, se for caso disso, impulsionar a sua reparação ou manutenção;
 - v) Desempenhar, em regime de acumulação, outros cargos ou funções que lhes sejam atribuídos pelo Comandante da AM, a título transitório ou permanente,

nas condições previstas no presente regulamento, no âmbito da estrutura orgânica e da atividade escolar;

- w) Integrar comissões ou grupos de trabalho, por nomeação do Comandante da AM ou do Diretor de Ensino, no uso de delegação de poderes;
 - x) Representar a AM, em atos oficiais, por nomeação do Comandante da AM;
 - y) Elaborar, no final de cada aula, um sumário descritivo e preciso da matéria lecionada, que constituirá, em cada semestre, o desenvolvimento dos respetivos programas com a indicação das matérias obrigatórias para os testes e exames;
 - z) Dedicar-se à investigação científica no âmbito da AM ou fora dela, contribuindo, através dos resultados obtidos, para o progresso da ciência ou da técnica e para o consequente aperfeiçoamento do ensino;
 - aa) Proceder à atualização do *curriculum vitae*;
 - bb) Orientar trabalhos de investigação individual e investigação aplicada por parte dos alunos;
 - cc) Na falta de livros apropriados, elaborar apontamentos ou textos de apoio que sirvam como guias de estudo para os alunos.
3. A atribuição de funções ao pessoal docente civil é feita de acordo com a categoria que possui na carreira universitária ou politécnica ou nos termos do contrato estabelecido.
4. Aos instrutores da AM compete, em especial:
- a) Ministras as sessões de formação militar e educação física;
 - b) Lecionar as sessões práticas ou teórico-práticas;
 - c) Coadjuvar, sempre que solicitado, em aulas práticas e em trabalhos de laboratório ou de campo de unidades curriculares.

Artigo 5.º

Deveres genéricos dos docentes

São deveres genéricos dos docentes:

- a) Desenvolver permanentemente uma pedagogia dinâmica e atualizada;
- b) Contribuir para o desenvolvimento do espírito crítico, inventivo e criador dos estudantes, apoiando-os e estimulando-os na sua formação cultural, científica, profissional e humana;




- c) Orientar e contribuir ativamente para a formação científica, técnica, cultural e pedagógica do demais pessoal docente que consigo colabore, apoiando a sua formação naqueles domínios;
- d) Manter atualizados e desenvolver os seus conhecimentos culturais e científicos e efetuar trabalhos de investigação, numa procura constante do progresso científico e técnico e da satisfação das necessidades sociais;
- e) Desempenhar ativamente as suas funções, nomeadamente elaborando e pondo à disposição dos alunos materiais didáticos atualizados;
- f) Cooperar interessadamente nas atividades de extensão da AM, como forma de apoio ao desenvolvimento da sociedade em que essa ação se projeta;
- g) Prestar o seu contributo ao funcionamento eficiente e produtivo da AM, assegurando o exercício das funções para que hajam sido eleitos ou designados ou dando cumprimento às ações que lhes hajam sido cometidas pelos órgãos competentes, dentro do seu horário de trabalho e no domínio científico - pedagógico em que a sua atividade se exerça;
- h) Conduzir com rigor científico a análise de todas as matérias, sem prejuízo da liberdade de orientação e de opinião;
- i) Colaborar com o Comando da AM, com as autoridades competentes e com os órgãos interessados no estudo e desenvolvimento do ensino e da investigação, com vista a uma constante satisfação das necessidades e fins conducentes ao progresso da sociedade portuguesa;
- j) Melhorar a sua formação e desempenho pedagógico.

Artigo 6.º

Docentes

1. O corpo docente da AM é constituído por todos os professores, investigadores e instrutores, militares e civis que, a qualquer título, designadamente através de convénios, protocolos e acordos com universidades, institutos politécnicos e outras instituições, desenvolvam atividade docente e de investigação científica na AM.
2. Os professores podem ser coadjuvados por instrutores, militares ou civis, ou por outros elementos que prestem serviço nos locais onde decorram ações externas, em atividades letivas, em aulas práticas e em trabalhos de laboratório ou de campo.


- 
3. Os professores e investigadores civis são docentes da carreira do ensino superior universitário ou politécnico, ou individualidades com qualificação e competência científica e pedagógica comprovada.
 4. Sem prejuízo da aplicação do Regulamento da Academia Militar, do estabelecido no presente Regulamento e do contrato celebrado, aos professores e investigadores civis da AM aplica-se o estatuto das respetivas carreiras docentes do ensino superior.
 5. As categorias dos docentes civis do ensino superior universitário são as previstas no ECDU, incluindo as relativas ao pessoal especialmente contratado do ensino universitário de acordo com o disposto no Artigo 92º do Regulamento da AM, designando-se por:
 - a) Professor catedrático;
 - b) Professor associado;
 - c) Professor auxiliar;
 - d) Professor convidado;
 - e) Assistente convidado;
 - f) Leitor;
 - g) Professor visitante.
 6. As categorias dos docentes civis do ensino superior politécnico são as previstas no Estatuto da Carreira Docente do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECDESP), incluindo o pessoal especialmente contratado do ensino superior politécnico de acordo com o disposto no Artigo 94.º do Regulamento da AM, designando-se por:
 - a) Professor coordenador principal;
 - b) Professor coordenador;
 - c) Professor Adjunto;
 - d) Professor Coordenador convidado;
 - e) Professor adjunto convidado;
 - f) Professor visitante.
 7. Todos os professores que não sejam docentes de carreira, designadamente o pessoal especialmente contratado e consoante as funções para que tenham sido aceites, designam-se por professores convidados, assistentes convidados ou leitores, salvo quanto aos professores de instituições de ensino superior estrangeiras, que são designados por professores visitantes.

8. Os docentes militares (professores, investigadores e instrutores militares) podem ser considerados especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, nos termos dos artigos 109.º e 110.º do Regulamento da Academia Militar.
9. Os docentes militares pertencem aos quadros permanentes das Forças Armadas ou da GNR e não têm categorias académicas, dado não integrarem qualquer carreira académica.
10. Para efeitos de prestação de serviço docente são considerados os respetivos postos, os atributos curriculares específicos e o facto de serem regentes ou adjuntos das diferentes unidades curriculares. Têm direito ao uso de insígnia própria, em conformidade com o regulado por despacho específico do CEME.
11. O número e percentagem de professores de carreira do ensino universitário e politécnico devem respeitar o disposto nos artigos 106.º e 107.º do Regulamento da AM.
12. Podem manter o seu vínculo à AM, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, os docentes que, à data de entrada em vigor deste Regulamento, estavam contratados na categoria de Assistente e Assistente Estagiário.
13. Aos docentes que não estão ao abrigo do ECDU, podem ser dadas as condições entendidas por adequadas pelo Comandante da AM, para que, à luz dos novos requisitos de qualificação estabelecidos, possam desenvolver e concluir os seus projetos de doutoramento em tempo útil.

Artigo 7.º

Professores aposentados, reformados, jubilados ou eméritos

1. Nos termos do artigo 83.º do ECDU, ao professor aposentado ou reformado por limite de idade cabe a designação de Professor Jubilado.
2. O Conselho Científico da AM pode propor ao Comandante da AM a atribuição do título de Professor Emérito aos professores catedráticos e associados aposentados, cuja contribuição para a atividade da AM tenha sido reconhecida como de elevado mérito.
3. Os professores aposentados ou reformados podem:
 - a) Ser orientadores de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento;
 - b) Ser membros dos júris para atribuição dos graus de mestre e de doutor;

- 
- c) Ser membros dos júris para atribuição dos títulos de agregado, de habilitação e de especialista;
 - d) Desenvolver trabalhos de investigação científica.
4. Os professores aposentados ou reformados podem, ainda, a título excecional e nos termos legais estabelecidos, quando se revele necessário, tendo em consideração a sua especial competência num determinado domínio:
- a) Ser membros dos júris de concursos abrangidos pelo ECDU;
 - b) Lecionar, nomeadamente unidades curriculares de opção, não podendo, contudo, satisfazer necessidades permanentes de serviço docente.
5. Aos professores aposentados ou reformados está vedado o desempenho de funções em órgãos de gestão e a regência de unidades curriculares.
6. No caso das unidades curriculares de opção, em que exista apenas uma regência e que esta esteja atribuída a um professor aposentado ou reformado, deverá no mapa de responsabilidades ser previsto qual o docente no ativo que assumirá a responsabilidade da mesma.

Secção III

Regimes de prestação de serviço e acumulação de funções

Artigo 8.º

Regimes de prestação de serviço

1. O pessoal docente de carreira exerce as suas funções, em regra, em regime de dedicação exclusiva, podendo, a seu pedido, exercer as suas funções em regime de tempo integral.
2. O regime de dedicação exclusiva, nos termos do artigo 70.º do ECDU, implica a renúncia ao exercício de qualquer outra função ou atividade remunerada, pública ou privada, incluindo o exercício de profissão liberal.
3. O regime de tempo integral, definido para cada carreira docente pelos respetivos estatutos, corresponde à duração semanal do trabalho para a generalidade dos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas.
4. No regime de tempo parcial, o número total de horas de serviço semanal, incluindo aulas, sua preparação e apoio aos alunos, é contratualmente fixado.

Artigo 9.º


Transição entre regimes

1. A transição entre os regimes de dedicação exclusiva e de tempo integral processa-se nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 145/87, de 24 de março, e dos números seguintes.
2. A comunicação da intenção de mudança de regime de prestação de serviço docente deve ser dirigida ao Comandante da AM, podendo ser entregue no Departamento de Coordenação Escolar (DCE) a todo o momento, embora só produza efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao daquela sua receção, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. A mudança para o regime de dedicação exclusiva só pode ocorrer quando o requerente conte, à data da produção de efeitos da comunicação, um mínimo de um ano no regime de tempo integral.
4. Sem prejuízo de outras consequências previstas na lei, em caso de violação do compromisso de exclusividade, o docente deve proceder à reposição das quantias auferidas a mais, em relação ao regime de tempo integral, a partir do início do mês em que ocorreu a quebra do compromisso de exclusividade.

Artigo 10.º

Acumulação de funções

1. Independentemente do regime de prestação de serviço, a acumulação de funções e as respetivas incompatibilidades são reguladas pelo disposto no artigo 51.º do RJIES e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
2. Aos militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana são aplicadas as respetivas leis especiais relativas aos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações.
3. A acumulação com outras funções, públicas ou privadas, remuneradas ou não, requer a autorização prévia do Comandante da AM.
4. O requerimento de acumulações de funções deve ser dirigido ao Comandante da AM, sendo entregue no DCE, antes de terem início as funções em acumulação.
5. A acumulação de funções não poderá implicar, direta ou indiretamente, que o requerente seja colocado numa situação de conflito de interesses com os que lhe cabe defender como docente da AM, ou quando este exercício corresponda a uma atividade que possa ser considerada como concorrente com a desenvolvida na AM.

- 
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e do disposto no número seguinte, a prestação de serviço docente em outras instituições pelos docentes de carreira está sujeita à existência de um protocolo interinstitucional que a preveja e de contratos anuais, celebrados com base nesse protocolo, onde se identifiquem, nomeadamente, os docentes e os custos envolvidos, a duração e a carga horária semanal do serviço docente a prestar.
 7. Quando um docente se encontra em regime de tempo integral, o limite para a acumulação de funções é, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 51.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, conjugado com o n.º 7 do artigo 71.º do ECDU, de seis horas lectivas semanais.
 8. Os docentes da AM podem prestar serviço docente, em acumulação de funções, noutra unidade orgânica das Forças Armadas ou das Forças e Serviços de Segurança, mediante prévio despacho favorável do Comandante da AM.

Secção IV

Período de trabalho e férias

Artigo 11.º

Duração do período de trabalho

1. Ao pessoal docente civil de carreira compete o cumprimento de um período semanal de quarenta horas de serviço.
2. Para os docentes especialmente contratados, o período semanal de serviço é:
 - a) de seis horas, para os monitores;
 - b) o definido no respetivo contrato ou no acordo de colaboração, previstos no artigo 32.º-A do ECDU, para os restantes casos.
3. Ao pessoal docente militar compete o cumprimento de um período semanal correspondente ao horário de serviço interno constante em Norma de Execução Permanente (NEP).
4. Em casos devidamente fundamentados, nomeadamente quando corresponda à assistência a provas de avaliação, o período semanal de serviço poderá incluir a prestação de serviço em período noturno ou extraordinário.

Artigo 12.º

Férias e licenças

1. O pessoal docente civil tem direito ao gozo dos dias de férias e às demais licenças genericamente previstas e atribuídas por lei aos trabalhadores que exerçam funções públicas.
2. O gozo das férias do pessoal docente deverá decorrer, preferencialmente, durante o período de férias escolares e inatividade da AM, sem prejuízo das tarefas que forem organizadas durante esse período pelos órgãos da AM,

Artigo 13.º

Serviço dos docentes

1. A atividade dos docentes integra as seguintes vertentes:
 - a) Ensino;
 - b) Investigação;
 - c) Gestão universitária;
 - d) Transferência de Conhecimento, que traduz a extensão universitária, a divulgação científica e a valorização económica e social do conhecimento.
2. As atividades do pessoal docente especialmente contratado são centradas, predominantemente, na vertente de ensino.

Capítulo II

Vertente de ensino

Secção I

Definições e componentes da vertente ensino

Artigo 14.º

Atividade de ensino


1. A atividade de ensino dos docentes é concretizada através das seguintes componentes:
 - a) A leccionação, a planificação, o registo de atividades e a avaliação de conhecimentos nas unidades curriculares ou em ações de formação de periodicidade e duração variáveis;

- b) O atendimento aos alunos num período correspondente a metade do serviço letivo semanal;
 - c) A supervisão, orientação de trabalhos, de atividades de investigação, de estágios, de Trabalhos de Investigação Aplicada (TIA), de dissertações, de teses e de projetos de âmbito escolar;
 - d) A produção de conteúdos para apoio ao ensino, nomeadamente livros, capítulos de livros, textos pedagógicos para apoio a aulas teóricas, de problemas ou trabalhos laboratoriais, aplicações informáticas ou protótipos experimentais, e ferramentas para a aprendizagem baseada em atividades de *e-learning*;
 - e) A organização de atividades extralectivas que concorram para o processo de aprendizagem como sejam visitas de estudo, trabalhos de campo, estágios ou cursos livres;
 - f) A vigilância de provas de avaliação e a participação em júris;
 - g) Outras atividades necessárias para a conclusão, por parte dos alunos, dos ciclos de estudo e outras formações ministradas pela AM.
2. É ainda considerado como serviço docente a coordenação e leccionação de cursos livres sobre matérias de interesse científico para a AM não incluídas no respetivo quadro de unidades curriculares, desde que autorizadas pelo Comandante da AM.

Artigo 15.º

Deveres específicos no âmbito da atividade de ensino

1. No âmbito da sua atividade de ensino são deveres dos docentes os referidos no ECDU e no Regulamento da AM, nomeadamente:
- a) Contribuir para manter a elevada qualidade do ensino ministrado pela AM e os níveis de exigência que caracterizam o ensino superior universitário;
 - b) Estimular o envolvimento dos alunos nas unidades curriculares que lecionam, esforçando-se por criar um ambiente participativo e interativo nas aulas;
 - c) Participar ativamente nos processos de avaliação de conhecimentos dos alunos nas unidades curriculares que lecionam;
 - d) Participar nas atividades de coordenação e de avaliação das unidades curriculares e cursos;
 - e) Manter permanentemente atualizado o seu currículo;

- 
- f) Contribuir para a qualidade do ensino na AM, através da produção de conteúdos pedagógicos e da participação ativa nos processos de melhoria contínua.
2. Para assegurar o correto funcionamento das atividades de ensino, para além dos deveres gerais, são deveres de todos os docentes:
- a) Comparecer pontualmente a todas as atividades letivas, assegurando que existe substituição do docente ou das aulas, sempre que tal for necessário;
 - b) Publicar os sumários das aulas lecionadas, contendo a indicação da matéria lecionada com referência ao programa da unidade curricular, de acordo com o estabelecido no Anexo 1;
 - c) Comparecer às reuniões de coordenação para as quais forem convocados;
 - d) Comparecer nas vigilâncias de provas, nos termos constantes do artigo 17.º;
 - e) Elaborar os relatórios periódicos a que houver lugar, com propostas de melhoria do ensino, no âmbito das suas atribuições;
 - f) Respeitar as normas para as provas de avaliação definidas pelo Conselho Pedagógico, pelas coordenações de curso e pelo departamento responsável pela unidade curricular.
3. Cabe ao docente regente da unidade curricular:
- a) Elaborar e submeter à aprovação da respetiva área científica e do Conselho Científico alterações ao programa da unidade curricular, bem como de toda a informação a este associada, designadamente os objetivos, a bibliografia e os métodos de avaliação de conhecimentos;
 - b) Manter atualizada(s) a(s) ficha(s) da(s) unidade(s) curricular(es) que ministra;
 - c) Garantir a divulgação do programa da unidade curricular, bem como de toda a informação a esta associada, designadamente objetivos, bibliografia, e métodos de avaliação de conhecimentos, sem prejuízo da alínea anterior,
 - d) Garantir, nos prazos estabelecidos, o adequado registo académico e a entrega oportuna dos comprovativos nos serviços competentes da AM, das classificações obtidas pelos alunos nessa unidade curricular.
4. A divulgação das informações constantes das alíneas b) e e) do número 2. e b) do número 3. do presente artigo deve obrigatoriamente ser feita através do Sistema Informático de Gestão Académica da AM.

Artigo 16.º

Atividades de ensino de investigadores, doutorados e bolseiros

1. Aos investigadores, aos bolseiros de investigação e aos titulares do grau de doutor, vinculados a qualquer título à AM ou ao Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação da AM (CINAMIL), pode, com o seu acordo, ser atribuído serviço no âmbito das atividades de ensino previstas no artigo 14.º.
2. Compete ao Conselho Científico proceder à autorização do exercício do serviço letivo aos investigadores, bolseiros e outros titulares de grau de doutor, de acordo com as respetivas qualificações.
3. Pelo serviço letivo atribuído aos investigadores, bolseiros e doutorados não é devida remuneração adicional, mas deverá ser emitido comprovativo oficial que ateste o desempenho dessa atividade.
4. Relativamente à situação especial dos que são equiparados a bolseiros, deverá observar-se o estabelecido no artigo 104.º do Regulamento da AM.

Artigo 17.º

Vigilância de provas de avaliação

1. A vigilância de provas de avaliação faz parte integrante do serviço docente.
2. Cabe ao DCE a gestão da distribuição do serviço de vigilância de provas de avaliação, podendo dispor de normas que regulem a atribuição e contabilização deste tipo de serviço.
3. O DCE poderá, sempre que as provas a realizar não estejam no âmbito de um Departamento ou que o Departamento responsável não disponha dos recursos necessários para assegurar a assistência a uma prova, convocar docentes para a vigilância de provas.
4. A contabilização do serviço de vigilância de provas de avaliação quando efetuado no período noturno ou fora dos dias úteis, para os efeitos do número 2., é majorada em 50%.

Secção II
Contabilização do serviço na vertente ensino

Artigo 18.º

Carga letiva nominal

1. A «*carga letiva nominal*» do docente de carreira da AM em regime integral (incluindo a dedicação exclusiva) é definida como:
 - a) Para a carreira docente universitária:
 - (1) Um mínimo de seis horas e num máximo de nove e, para além do tempo de leção de aulas, o horário de serviço docente integra a componente relativa a serviço de assistência a alunos, em regra, em metade daquele tempo.
 - (2) Aos monitores cabe prestar o máximo de seis horas semanais de serviço.
 - b) Para a carreira docente politécnica, um máximo de doze horas de aulas semanais e um mínimo de seis.
2. Quando tal se justifique, pode ser excedido o limite que concretamente tenha sido fixado nos termos do número anterior, contabilizando-se, nesta hipótese, o tempo despendido pelo respetivo docente, o qual, se assim o permitirem as condições de serviço, pode vir a ser dispensado do serviço de aulas correspondente noutros períodos do ano letivo.
3. A carga letiva nominal dos docentes militares é fixada caso a caso pelo Diretor de Ensino.
4. A *carga letiva nominal* dos docentes especialmente contratados é definida como:
 - a) Quatro horas por semana para os monitores;
 - b) Quatro horas por semana para os investigadores, bolseiros e doutorados com autorização de prestação de serviço letivo nos termos do número 2 do artigo 16.º;
 - c) As definidas nos respetivos contratos ou nos acordos de colaboração previstos no artigo 32.º-A do ECDU para os restantes casos.
5. Cada hora letiva noturna corresponde, para todos os efeitos, a 1,5 horas letivas diurnas, exceto no que se refere à aplicação do regime de tempo parcial.

Artigo 19.º

Carga letiva atribuída

1. A *carga letiva atribuída* do docente, ou seja o número de horas letivas planeadas para serem cumpridas pelo docente, em cada semestre, resulta do valor da *carga letiva nominal* após a:
 - a) Subtração de um número de horas letivas semanais, atribuídas por despacho do Diretor de Ensino da AM, igual ao número de créditos de gestão, de acordo com as tabelas 1a e 1b constantes do Anexo 2;
 - b) Subtração de um número de horas letivas semanais, igual ao número de créditos letivos equivalentes a orientações terminadas no ano letivo anterior de acordo com a tabela 2 constante do Anexo 2, até um limite de 1,5 créditos.
 - c) Adição de um número de horas letivas semanais igual ao número de eventuais créditos letivos acumulados pelo docente, que sejam utilizados e superiormente autorizados;
 - d) Adição de um número de horas letivas semanais de forma a permitir uma melhor distribuição de serviço docente desde que haja acordo do docente e do respetivo departamento;
 - e) Subtração ou adição de um número de horas letivas semanais função dos resultados da avaliação do desempenho, para os docentes de carreira, mediante a sua solicitação em sede de planeamento do serviço docente.
2. Em caso algum as reduções à carga letiva nominal resultantes da aplicação das alíneas b) e e) do número anterior poderão exceder as 3 horas semanais.
3. Caso o docente disponha de créditos acumulados positivos, e a distribuição de serviço docente do Departamento o permita, poderá a sua carga letiva atribuída ser reduzida.
4. Em caso algum a carga letiva atribuída poderá ser superior a 18 horas.

Artigo 20.º

Bolsa de créditos letivos dos docentes

No Departamento de Coordenação Escolar é constituída uma bolsa de acumulação dos créditos letivos anuais de cada docente.

Artigo 21.º

Créditos letivos anuais

1. O crédito letivo anual de cada docente quantifica o diferencial entre a carga letiva atribuída e a carga letiva executada, obtido pela soma, estendida às diferentes unidades curriculares lecionadas nesse ano.
2. Na contabilização da carga letiva executada apenas poderão ser consideradas as atividades letivas planeadas em horário e cujos sumários tenham sido assinados.
3. Para os docentes que se encontrem em licença sabática ou em dispensa de serviço docente, serão adicionados os créditos equivalentes à sua carga letiva nominal.

Secção III

Dispensa de serviço docente, dispensa especial e bolsas de estudo

Artigo 22.º

Dispensa do serviço docente

A dispensa do serviço docente é regulada nos termos do disposto no artigo 102.º do Regulamento da AM.

Artigo 23.º

Dispensa especial de serviço

A dispensa especial de serviço é regulada nos termos do disposto no artigo 103.º do Regulamento da AM.


Secção IV

Distribuição do serviço docente e mapa de responsabilidades

Artigo 24.º

Distribuição do serviço docente

1. A distribuição do serviço docente é feita pelo Comandante da AM, sob proposta do Diretor de Ensino e ouvidos os Conselho Científico ou Técnico-Científico.
2. Na elaboração da proposta para a distribuição do serviço docente os Departamentos Científicos devem ter em consideração:
 - a) As competências científicas e pedagógicas de cada docente;
 - b) Os princípios de equidade e justiça na distribuição das cargas letivas;

- 
- c) As necessidades de serviço docente e os recursos humanos disponíveis;
 - d) A compatibilidade com as instalações disponíveis, com os números de alunos previstos por turma e com outras restrições logísticas e pedagógicas existentes.
3. A proposta de distribuição de serviço docente deve ainda permitir um equilíbrio em termos de créditos letivos dos docentes numa perspetiva de médio prazo.
 4. Caso não seja possível distribuir o serviço docente de forma a respeitar o estipulado nos números 2 e 3 deste artigo, deverão os Departamentos envidar esforços no sentido de corrigir a situação, nomeadamente através:
 - a) Da reestruturação da sua oferta letiva;
 - b) Da disponibilização de docentes para prestação de serviço letivo em unidades curriculares de outros Departamentos.
 5. Os docentes não podem recusar o serviço docente que lhes seja regularmente distribuído.

Artigo 25.º

Distribuição de responsabilidades

1. A distribuição das responsabilidades e regências das unidades curriculares é feita pelo Comandante da AM, sob proposta do Diretor de Ensino e ouvidos os Conselho Científico ou Técnico-Científico.
2. A regência de cada unidade curricular deverá ser atribuída a um docente:
 - a) Civil, com o grau de doutor na área de formação fundamental em que se insere a unidade curricular, com a categoria de Professor Catedrático, Associado ou Auxiliar, com serviço docente na unidade curricular e, preferencialmente, que se encontre em regime de tempo integral.
 - b) Militar, com o grau de doutor na área de formação fundamental em que se insere a unidade curricular ou, alternativamente, especialista de reconhecido mérito, experiência e competência profissional, reconhecida pelo Conselho Científico, considerada a sua especial competência no domínio em causa, com serviço docente na unidade curricular e, em regime de tempo integral.
3. Cabe aos regentes das unidades curriculares, assegurar o cumprimento dos objetivos e conteúdos formativos da unidade curricular bem como do adequado desenvolvimento das atividades letivas.

Capítulo III
Vertente de investigação

Artigo 26.º
Atividade de investigação


A atividade de investigação dos docentes abrange, nomeadamente:

- a) A pesquisa original;
- b) O desenvolvimento tecnológico;
- c) A criação científica e cultural;
- d) A difusão e publicação dos resultados.

Artigo 27.º
Deveres específicos no âmbito da atividade de investigação

1. No âmbito da sua atividade de investigação deverão os docentes:

- a) Orientar e contribuir para a formação técnica e científica do pessoal com que colaboram e dos alunos e investigadores que orientam;
- b) Coordenar e participar em projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;
- c) Divulgar, de acordo com as boas práticas em vigor na sua área científica, os resultados obtidos;
- d) Proteger, sempre que adequado, a propriedade intelectual e/ou industrial desenvolvida no decurso da sua atividade científica, nos termos da legislação em vigor, tendo presente que a mesma pertencerá em cotitularidade ao criador intelectual da obra e à AM/Exército Português;
- e) No caso de envolvimento de parceiros exteriores, a cotitularidade com esses parceiros carece de definição através de protocolo específico;
- f) Criar e reforçar os meios laboratoriais na sua área científica, quando aplicável;
- g) Quando autorizado, participar em atividades de cooperação nacional e internacional na sua área científica, designadamente através da colaboração em sociedades científicas, participação em corpos editoriais de revistas científicas, coordenação e participação em comissões de programa de eventos científicos;

- 
- h) Quando autorizado, realizar palestras científicas, particularmente em instituições de investigação ou de ensino.
2. É dever dos docentes da AM contribuir para a atividade de investigação, bem como para a organização e funcionamento do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL).

Capítulo IV

Vertente de gestão universitária

Artigo 28.º

Atividade de gestão universitária dos docentes

As funções docentes de gestão universitária abrangem, nomeadamente:

- a) O exercício de cargos e funções nos órgãos constantes no quadro orgânico da AM e no CINAMIL;
- b) A participação em júris, grupos de trabalho, comissões *ad hoc*, recrutamento de novos alunos e demais atividades necessárias ao regular funcionamento da AM;
- c) O exercício de funções noutras instituições de ciência e cultura, por designação ou com autorização da AM.

Capítulo V

Vertente de transferência de conhecimento

Artigo 29.º

Atividade de transferência de conhecimento

- 1. As funções docentes de transferência de conhecimento abrangem, nomeadamente:
 - a) A organização e lecionação de cursos ou ações de formação contínua abertos ao exterior;
 - b) As atividades de divulgação científica.
 - c) Outras atividades de ensino e investigação, designadamente de serviço à comunidade, parceria, associação, cooperação e consultadoria a instituições públicas e privadas.
- 2. O exercício das funções de transferência de conhecimento previstas no número anterior carece de autorização do Comandante da AM.

Capítulo VI

Resolução de Litígios

Artigo 30.º

Resolução alternativa de litígios

A resolução alteranativa de litígios é regulada nos termos do artigo 108.º do Regulamento da AM.

Capítulo VII

Especialista

Artigo 31.º

Especialista, atribuição da qualidade de Especialista e regulamentação

A qualidade de Especialista, a sua atribuição e respetiva regulamentação são reguladas nos termos da Secção XI do Regulamento da AM.

Capítulo VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 32.º

Definição de parâmetros

1. A alteração dos valores incluídos nas tabelas 1a, 1b e 2 constantes do Anexo 2, compete ao Comandante da AM, sob proposta do Diretor de Ensino, ouvidos os Conselho Científico ou Técnico-Científico.
2. Para os efeitos da alínea f) do número 1 do artigo 19.º, considera-se a redução de um número de horas letivas igual à pontuação anual obtida na avaliação de desempenho no período anterior, calculada de acordo com o disposto no Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da AM.

Artigo 33.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no ano letivo de 2015/2016.

Anexo 1
Elaboração e afixação de sumários

1. Os sumários das aulas devem ser afixados nas páginas eletrônicas das unidades curriculares, utilizando a funcionalidade disponibilizada através do sistema em vigor na AM.
2. O preenchimento do sumário de cada aula é feito pelo docente que a lecionou.
3. São elementos obrigatórios do sumário a indicação do turno (quando aplicável), da aula, da data e hora, da sala e do conteúdo.
4. Opcionalmente pode ser incluído um Título.
5. Nos casos em que seja necessário recorrer a docentes não pertencentes ao corpo docente da unidade curricular (ex: substituição por ausência temporária do docente, seminário ou aula a cargo de docente exterior à AM ou ao corpo docente da unidade curricular), o preenchimento do sumário deverá ser feito pelo docente regente da unidade curricular, indicando quem lecionou essa aula.
6. O sumário deverá ser preenchido ou alterado no prazo máximo de uma semana após a aula a que diz respeito.
7. Em cada unidade curricular, cabe ao seu docente regente zelar pelo preenchimento dos sumários.
8. As direções dos Departamentos devem assegurar o cumprimento destas disposições.

Anexo 2
Créditos semestrais por atividades de gestão e créditos por orientação de alunos

(tabela 1a)

Cargo de gestão universitária AM e Coordenação de Cursos	Créditos letivos semestrais equivalentes
Adjunto DE	6
Presidente do CD do CINAMIL	6
Chefe de Departamento	6

(tabela 1b)

Unidades e Coordenação de Cursos	Créditos letivos semestrais equivalentes
Diretor de Curso	3
Coordenador de Secção de UC	2
Coordenador Científico	3
Diretor da Biblioteca	3
Coordenador de Mestrados não-integrados	3

(tabela 2)

Tipo de Orientação	Créditos letivos equivalentes
Doutoramento (por cada orientação terminada com sucesso)	1
Doutoramento (por cada coorientação terminada com sucesso)	$\frac{0,25}{\text{N.º coorientandos}}$
Mestrado não-integrado (por cada orientação terminada com sucesso)	$\frac{0,5}{\text{N.º orientandos}}$
Mestrado (por cada orientação terminada com sucesso)	$\frac{0,25}{\text{N.º orientandos}}$